

A natureza no cotidiano urbano - o projeto da paisagem na cidade de Maringá

Karin Schwabe Meneguetti^{1*}, Renato Leão Rego¹ e Paulo Renato Mesquita Pellegrino²

¹Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. ²Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. * Autor para correspondência. e-mail: ksmeneguetti@uem.br

RESUMO. As cidades há muito tempo tentam incorporar a noção de equilíbrio estético, funcional e psicológico resultante da presença da natureza, de suas mais variadas formas, permeando e compondo o tecido urbano e o seu entorno. Os espaços livres públicos têm papel fundamental na conformação da cidade e em sua qualificação. O Planejamento, projeto e apropriação desses espaços são condicionantes da criação dos lugares e da identificação das pessoas com a cidade. Deste modo, o projeto da cidade, e consequentemente, dos espaços públicos, deve levar em consideração os aspectos ambientais e sociais, sendo focado como processo, uma vez que cria e é criado, continuamente. Assim, este artigo faz uma análise da cidade de Maringá, Estado do Paraná, enfocando sua paisagem projetada, amplamente divulgada, e as relações que se estabelecem com as práticas cotidianas, nem sempre favoráveis à permanência da qualidade ambiental prometida.

Palavras-chave: paisagem urbana, projeto da cidade, espaços livres urbanos, cotidiano urbano, Maringá.

ABSTRACT. *Nature and everyday urban life - the landscape planning in the city of Maringá.* The cities have for a long time tried to incorporate the notion of aesthetic, functional balance, and psychological resultant of the presence of the nature in its diverse forms. The public spaces have their basic role in the conformation of the city and its qualification. The urban planning, urban design, and the appropriation of these spaces are conditions to achieve ambience, conviviality, and sense of place. In this way, the project of the city, and consequently, of the public spaces, must concern the ambient and social aspects, focused as a process, as it creates and is created, continuously. This paper analysis the design of the city of Maringá, State of Paraná, focusing its planned landscape, widely divulged, and the relations established with the practices of everyday life, not always favorable to the permanence of the promised environmental quality.

Key words: urban landscape, urban design, public spaces, everyday life, Maringá.

A natureza na cidade

A natureza tem sua relação histórica com a cidade permeada de valores e crenças. Desde que o homem imaginou-se desvinculado da natureza, na era pós-industrial, seu valor de uso e de troca passa a ser estabelecido pela cultura. A natureza passa a se fazer presente através dos objetos, dos símbolos, ou seja, por uma representação. Porém esta visão da natureza não pode mais ser abstraída de uma ação cultural, como a ciência contemporânea a considera, um produto da cultura.

Como defendido por Sporn (1995), a natureza é um continuum, com a floresta num dos pólos e a cidade no outro. Os mesmos processos naturais operam na floresta e na cidade. A cidade não é nem totalmente natural nem totalmente artificial e a desconsideração dos processos naturais na cidade é e

sempre será tão custosa quanto perigosa.

A paisagem é então, mais que a extensão de um território que o olhar alcança num lance; ou o conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar (Houaiss, 2001), uma construção social, que dá visibilidade local aos eventos, com caráter distintivo pela sucessão de eventos no tempo e no espaço. A paisagem é parte de um processo e expressa um produto de relações que se dão no espaço, revelando o entrelaçamento das dualidades.

A arquitetura paisagística, campo privilegiado de materialização da natureza na cidade, consolida-se como atividade projetual adentrando o século XX nos EUA e demais países que então se industrializam, consolidando uma avaliação das relações entre processos sociais e naturais. (Lima, 1996).

O projeto da paisagem situa-se no limiar dos conflitos entre cidade e campo, entre social e cultural, e pode ser utilizado como instrumento fundamental para a definição de inter-relações entre organismos e seus ambientes e entre sociedade e seus territórios. Esta percepção já era encontrada no Brasil em meados do século 19, com o trabalho da recomposição florestal do maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, sendo mais tarde evidenciada pelas obras de Roberto Burle Marx, já no século 20. No final da década de 1970, com a conscientização da necessidade de proteção ambiental, os princípios ecológicos do planejamento se voltam à paisagem urbana, considerada como parte integrante da natureza, com uma série de trabalhos que reconheciam e analisavam os processos naturais no ambiente urbano (Michael Hough, Anne Spirn e John Lyle). Esses trabalhos se propunham então a entender os processos como base para projetos que garantissem sua sustentação. (Pellegrino, 2000).

A ecologia da paisagem surge então, nas últimas décadas, como uma tentativa de traduzir princípios ecológicos para a escala prática dos planejadores e arquitetos paisagistas, aglutinando conhecimentos diversos para entender a estrutura, função e mudanças das paisagens como um mosaico interagente de ecossistemas, conectados por fluxos de energia e matéria. (Pellegrino, 2000).

O uso racional e sustentado da paisagem passa a ser o objetivo dos planos e projetos de paisagismo, buscando-se o melhor uso, considerados todos os aspectos que condicionam a conservação dos recursos, de modo a não comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas necessidades (a sustentabilidade ambiental). O planejamento ecológico da paisagem é a criação de uma solução espacial capaz de manejar as mudanças dos elementos da paisagem, de modo que as intervenções humanas sejam compatibilizadas com a capacidade dos ecossistemas de absorver os impactos, mantendo a integridade dos processos e ciclos vitais. (Pellegrino, 2000).

Conscientes ou inconscientes a este processo, os habitantes das cidades procuraram ao longo do tempo incorporar elementos naturais isolados ao seu ambiente físico, seja através de jardins, parques e alamedas ou até nas propostas urbanísticas das cidades-jardins. Desde os jardins suspensos da Babilônia, pelos jardins arborizados atenienses, onde os filósofos reuniam seus discípulos, ou nas cidades do século XVII, com suas alamedas margeadas de árvores, nas cidades medievais européias, com seus numerosos jardins dentro dos muros, até a proposta de More em sua "Utopia", com florescentes e

abundantes quintais e seu cinturão verde do campo. Ou ainda os subúrbios e cidades-jardim, onde Ebenezer Howard previa a integração de indústria e comércio com habitações, jardins e fazendas. "Aqueles que introduziram a natureza na paisagem cívica, na forma de parques, árvores e jardins, procuraram criar uma pequena utopia onde eles viviam". (Spirn, 1995).

A presença das áreas predominantemente vegetadas exerce influência direta no clima urbano, na temperatura e na umidade, pela evapotranspiração e pelo sombreamento; no vento enquanto barreiras naturais aos ventos intensos ou fontes de resfriamento das correntes de ar; e nas precipitações, principalmente relacionada à atenuação dos impactos pluviais. (Moro, 1976). A qualidade do ar está fortemente ligada à existência dos maciços arbóreos e mesmo a arborização das vias contribui para uma tentativa de equilíbrio na produção do dióxido de carbono. Inclui-se ainda entre as contribuições advindas da vegetação na cidade, a questão da permeabilidade do solo, fundamental para o abastecimento dos lençóis de água subterrânea e a contribuição negativa na captação da água pluvial de superfície.

Maringá apresenta-se como ambiente propício ao estudo das questões do planejamento da paisagem pois, sendo uma cidade projetada na década de 1940 com inspiração nas cidades-jardim inglesas, apresenta em seu plano original soluções formais coerentes com os princípios da ecologia da paisagem. Porém a frágil relação que se dá no meio urbano através das práticas cotidianas e a constante pressão do mercado imobiliário estão paulatinamente descaracterizando sua singular paisagem urbana. Percebe-se claramente o declínio do sistema de espaços livres e a falta de uma política de manutenção e recuperação da qualidade ambiental, na contramão das discussões ideológicas contemporâneas.

Os espaços livres públicos urbanos

Os espaços livres públicos são a gênese da cidade, a esfera da vida pública. São esses espaços que freqüentemente condicionam os espaços construídos, conferindo suas formas, seus relevos e suas características.

Romero (2001), ao conceituar os espaços públicos, utiliza-se da classificação do MOPU (Ministério de Obras Públicas – Espanha) dos espaços existentes: "os sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos), os sistemas viários gerais (rodovias, ruas de trânsito e passeios), os sistemas locais de espaços livres (praças, pracinhas e parques

de esporte) e os sistemas locais de vias (ruas de acesso e estacionamento)”.

Maurice Cerasi em *“El espacio colectivo de la ciudad”* defende que “o espaço coletivo não existe como fato físico unitário e reconhecível”, e sim como a apropriação, o uso, dos espaços abertos pela coletividade. “Segundo Cerasi, um espaço é tanto mais significativo para a coletividade quanto maior for o número de cidadãos que o utiliza ou que o reconhece e quanto mais longo for o período histórico durante o qual ele exerce sua influência”. (Romero, 2001).

Assim, os espaços livres das cidades não devem ser apenas aqueles desprovidos de edificações, mas, muito além desse fato, devem ser os espaços que possibilitem as trocas sociais, os encontros, o exercício da política. Os espaços livres públicos urbanos devem ser o “palco da cidadania”.

A apropriação da natureza na cidade – o cotidiano urbano

“... o sucesso de uma cidade não pode ser avaliado em termos de crescimento econômico e de participação nos mercados que possa ter conseguido capturar, ou mesmo em termos de sua posição no processo de globalização... mas depende da força inerente do tecido urbano e da sua disponibilidade para as forças sociais que moldam a vida de seus habitantes”. (Rykwert, 2004, pág. 9)

Por mais que os sucessivos projetos para uma cidade tenham sido ou não adequados, estas intervenções só terão efetividade depois de qualificadas socialmente. Certeau (1998, pág. 174) define a cidade-conceito como aquela em que: “A organização funcionalista, privilegiando o progresso (tempo), faz esquecer sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política”. Nessa idéia de espaço é importante salientar que os processos de produção e reprodução, tanto urbanos como sociais, materializam-se no plano do lugar e da vida cotidiana. Deste modo, o cotidiano como categoria de análise “permite entender o processo de constituição da vida, na trama dos lugares – nas formas de apropriação e uso do espaço” (Carlos, 2004, pág. 49).

Considerando-se que o habitante vive a cidade de forma fragmentar, pois sua vida se desenrola nos espaços passíveis de apropriações reais, e através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, os lugares ganham sentido à medida que são vividos e percebidos e vão ganhando significados. Como as formas das cidades são dinâmicas, devido aos processos de transformação relacionados à produção do espaço, os referenciais são por vezes

destruídos ou substituídos, causando o estranhamento. Mas, por outro lado, “há o significado mais profundo do espaço cuja produção revela a cidade enquanto possibilidade.... A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital e da vida humana em todas as suas dimensões”. (Carlos, 2004, pág. 57).

A apropriação da paisagem pela sociedade poderá garantir o uso e a permanência das idéias e símbolos.

A apreensão da paisagem, no entanto, considerando a ampla gama de percepções, valores e ambivalências que se alternam através da sociedade, é bastante diversificada. As áreas florestadas têm um significado marcante em relação à qualidade ambiental urbana, mas sua vizinhança pode causar transtornos nem sempre aceitos pelos moradores. Uma área pavimentada e gramada com arborização esparsa é, às vezes, mais facilmente defendida como espaço livre público, podendo sempre abrigar mais alguma edificação, de acordo com um legado modernista ainda em voga entre nós.

A configuração da paisagem

Maringá, concebida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná como o pólo da parte mais ocidental de sua imensa gleba no Norte do Paraná, teve sua localização privilegiada pelo eixo rodo-ferroviário principal da região, sobre o espigão, e pela topografia, com relevo suave e vários cursos d'água. O mesmo esmero se estendeu ao projeto, elaborado em 1945 pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, segundo as diretrizes do Engenheiro Cassio Vidigal, onde se traduziam os conceitos de Cidade Jardim, bastante difundidos na época. Estavam patentes o lúcido cuidado em proteger nascentes sujeitas à erosão e a louvável postura de preservar bosques de vegetação natural, bem como de promover farta arborização das vias públicas, a fim de se garantir um agradável micro-clima à área de temperaturas elevadas. (Meneguetti, 2001).

Quanto aos espaços públicos de características mais naturais, a preocupação ambiental foi assimilada em 1979, no plano de diretrizes viárias. Neste, as áreas verdes de preservação de fundos-de-vale foram garantidas através da adoção de uma faixa contínua de sessenta metros, no mínimo, de cada lado dos córregos, onde deveriam se instalar parques lineares, contidos por vias paisagísticas, adotando o princípio de corredores ecológicos e faixas de contenção da variação fluvial.

As praças, porém, antes presenças marcantes no desenho da cidade, foram fundidas aos

elementos de condução de tráfego, as rótulas viárias, perdendo a possibilidade de se qualificar os bairros residenciais com áreas de convívio e lazer.

A Figura 1 demonstra a situação atual das áreas verdes da cidade de Maringá. Percebe-se claramente a desproporcionalidade de atendimento das áreas livres entre o projeto original e as áreas de ampliação. É evidente a maior concentração dos parques e praças dentro dos limites do projeto original, comprovando que na ampliação da cidade não houve preocupação quanto à destinação de áreas para o uso do lazer, excetuando-se as áreas florestadas que tiveram sua ocupação proibida pelos órgãos ambientais, e que possibilitaram a implantação dos parques periféricos. Quanto às praças, estas se configuram, em sua maior parte, em rótulas, decorrentes do projeto viário da cidade, e nos loteamentos aprovados até 1970.



Figura 1. Maringá - Áreas Verdes. Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, 2000.

Maringá e suas práticas cotidianas

Maringá é uma cidade privilegiada em sua arborização urbana, principalmente na área da planta original da cidade, onde a Companhia colonizadora deu especial atenção, com o plantio sistêmico de espécies nativas e exóticas, em densidade e com um grande controle na qualidade e manutenção das mudas (Figuras 2 e 3).

Os corredores verdes formados pela arborização urbana em Maringá configuram uma imagem marcante e positiva da cidade (Figura 4), e sua floração em épocas e cores distintas é um evento esperado e admirado por toda a população. As imagens são amplamente veiculadas e fazem parte da auto-estima dos cidadãos.



Figura 2. Avenida Herval. Foto: Meneguetti, 2001.



Figura 3. Rua residencial Zona 2. Foto: Meneguetti, 2001.



Figura 4. Arborização urbana em Maringá. Foto: acervo dos autores, 2005.

Paralelamente a esse fato, a falta de fiscalização e, principalmente, da educação ambiental e ação punitiva, permite que os moradores optem pela remoção e substituição de árvores, com poucos casos

de ciência da prefeitura, para compatibilizar acessos de veículos, fachadas ou ainda, e o que é mais grave, para não "sujar" o terreno (Figura 5).



Figura 5. Avenida Morangueira. Foto: Meneguetti, 2001.

As árvores, apesar de consideradas um patrimônio da cidade, não recebem da maioria da população um respeito adequado enquanto indivíduos, como se não fosse a somatória das árvores que constituísse o cartão postal. A atitude NIMBY (not in my backyard) se dá em função da individualidade (visibilidade do comércio ou transtornos com varrição e manutenção de calçadas) em detrimento do sistema como um todo.

Os fundos-de-vale, desde a implantação do plano original da cidade, são protegidos por uma área de reserva que deveria ter se tornado parques lineares de proteção aos córregos. Depois de muitas tentativas, a municipalidade reverteu a prática da doação de tais áreas para equipamentos urbanos ou comunitários, permitindo que particulares tomassem a posse e a responsabilidade pela preservação. Tal atitude merece algumas considerações.

Primeiramente cabe destacar que o município, enquanto máquina administrativa lenta e ineficaz, pouca proteção garantiu aos fundos-de-vale, que foram sujeitos à ocupação por posseiros de uma forma totalmente inadequada à fragilidade do ambiente, e ainda doou a entidades áreas inadequadas para a construção de suas sedes, o que resultou em ocupações danosas que são objeto de processos administrativos e judiciais.

Ao passar ao poder de terceiros a preservação das

faixas de fundo-de-vale, o município perdeu um potencial ecológico e paisagístico importante. Porém, considerou-se que, obviamente se houvesse a tal fiscalização, com a ocupação da faixa lindeira à rua paisagística pela habitação e o restante para recreação controlada, assegurar-se-ia que o proprietário seria o principal interessado na manutenção do córrego e teria a responsabilidade de responder pelos atos de não-conformidade. É um juízo mais prático da questão que reconhece a ineficiência do sistema e propõe uma alternativa de conciliação de interesses. (Meneguetti, 2003)

Os parques de Maringá, notadamente o Parque do Ingá (Figura 6), o Parque dos Pioneiros, o Horto Florestal e demais reservas florestais, são constituídos de matas nativas ou reflorestadas, o que é de relevância educativa e preservacionista, já que toda a região era ocupada por floresta e este tipo de parque pode resgatar para as novas gerações a realidade encontrada pelos pioneiros. Os parques, no entanto, com exceção dos três primeiros, subtilizam seu recurso florestal, que poderia se tornar um espaço recreativo alternativo com pequenas intervenções de urbanização, a fim de estabelecer uma relação entre os habitantes e a fauna e flora nativas.



Figura 6. Parque do Ingá. Foto: Acervo dos autores, 1999.

Quanto às praças, cabe ressaltar que as áreas que possuem seu desenho adequado à condição de praça, e que por isso possuem uma maior identificação com seu uso, concentram-se no plano original da cidade, com algumas exceções. Grande destaque deve ser dado à Praça da Catedral, que tem sua ampla área largamente utilizada pela população do entorno e, principalmente, da periferia, como pode ser visto na Figura 7.

Outras áreas, apesar de públicas, são de pouca utilização, por serem: rótulas viárias, de difícil acesso

à população, principalmente infantil e idosa, ou terem sido ocupadas por edificações. Desta maneira, muitos espaços livres na cidade não são (e não podem ser) apropriados, estabelecendo-se somente como elemento figurativo na paisagem.



Figura 7. Praça da Catedral. Foto: Meneguetti, 2001.

Considerações finais

Os urbanistas e paisagistas vêm há muito tempo incorporando a noção de equilíbrio estético, funcional e psicológico dado pela presença da natureza nas cidades em suas mais variadas formas. Estes conceitos de urbanismo e paisagismo vão sendo experimentados, excluídos e re-introduzidos ciclicamente, trazendo resultados que são avaliados por várias gerações de técnicos e diferentes profissionais ligados às questões urbanas.

Os espaços livres públicos têm papel fundamental na conformação da cidade e em sua qualificação. A apropriação desses espaços é uma das condições para a criação dos lugares e a identificação das pessoas com a cidade. Deste modo, o planejamento da cidade, e conseqüentemente, o projeto dos espaços livres públicos, deve levar em consideração os aspectos sociais e naturais intervenientes, sendo necessariamente enfocado como processo, uma vez que é condicionado e condiciona continuamente a construção do espaço de vida cidadã.

No caso de Maringá, comprovou-se a maior concentração dos parques e praças dentro dos limites do projeto original, corroborando com a idéia que na ampliação da cidade não houve preocupação quanto à destinação de áreas para o uso do lazer. Excetuam-se as áreas florestadas que tiveram sua ocupação proibida pelos órgãos ambientais, e que possibilitaram a implantação dos parques periféricos. A qualidade urbana da cidade, fortemente vinculada às qualidades do projeto original, tende a se reduzir

drasticamente tanto pela falta de gestão eficaz quanto pelas práticas cotidianas, desfavoráveis à sustentabilidade da paisagem.

Assim, pode-se constatar que, apesar de se tratar de uma cidade com ocupação diferenciada, fruto de uma preocupação urbanística, rara em nosso meio e na sua época, tanto com relação a qualidade ambiental como de respeito a alguns condicionantes ecológicos, hoje se encontra muitos aspectos a desenvolver e a corrigir, seja no planejamento, seja, principalmente, no projeto e gerenciamento dos espaços livres vegetados. Afinal, o maior patrimônio ambiental e paisagístico de Maringá, responsável por sua própria imagem, é um elemento bastante vulnerável, e comumente não respeitado – a sua grande floresta urbana remanescente ou introduzida.

Como parte fundamental do processo planejamento para a preservação da qualidade ambiental urbana, a participação social na elaboração e implantação dos projetos tende a criar objetos mais facilmente apropriáveis, visto que aproxima os profissionais com os usuários e, conseqüentemente, propicia a elaboração de espaços adequados às necessidades e aspirações da sociedade. Ou seja, a paisagem será tanto mais legível e sustentável quanto mais representar a construção cultural que a compõe e expressar as bases naturais que a sustentam.

Referências

- CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LIMA, C.P.C.S. *A natureza na cidade, a natureza da cidade*. São Paulo. 1996. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.
- MENEGUETTI, K.S. *Desenho Urbano e Qualidade de Vida – o caso de Maringá/PR*. 2001. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Maringá, 2001.
- MENEGUETTI, K.S. Maringá: o desenho urbano, a imagem da cidade e a qualidade de vida. In: MORO, D.Á. (Org.). *Maringá Espaço e Tempo*. Ensaio de Geografia Urbana. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM, 2003, p. 49-88.
- MORO, D.A. As áreas verdes e seu papel na ecologia urbana e no clima urbano. *Rev. Unimar*. Maringá, v. 1, n. 2, set. 1976.
- PELLEGRINO, P.R.M. Pode-se planejar a paisagem? In: *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1997, n. 13, dez. 2000, p. 159-

180.

ROMERO, M.A.B. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RYKWERT, J. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SPIRN, A.W. *O Jardim de Granito: a natureza no desenho*

da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

Received on September 26, 2005.

Accepted on December 13, 2005.